

Desigualdades raciais e ensino superior no Brasil. O movimento negro e a luta pela democratização das universidades	Titulo
Diogo Justino, David Manuel - Autor/a	Autor(es)
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2003	Fecha
	Colección
Movimiento negro; Racismo; Educacion Superior; democratizacion de la educacion; Universidades; Brasil ;	Temas
Artículo	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/becas/20110124075212/diogo.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Diogo Justino, David Manuel. **Desigualdades raciais e ensino superior no Brasil. O movimento negro e a luta pela democratização das universidades.** *Informe final del concurso: La educación superior en América Latina y el Caribe. Redefinición de las fronteras entre lo público y lo privado.* Programa Regional de Becas CLACSO. 2002

Disponível na World Wide Web:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/edu/diogo.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL
CARIBE, DE LA
RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO
<http://www.clacso.org.ar/biblioteca> - biblioteca@clacso.edu.ar

Desigualdades raciais e ensino superior no Brasil. O movimento negro e a luta pela democratização das universidades

David Manuel Diogo Justino*

1 - Introdução

A discussão sobre a necessidade de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, em especial para a população negra sub-representada nas universidades brasileiras, vem ocupando um espaço cada vez maior no debate sobre os caminhos de um projeto modernizador e democrático para um Brasil mais justo, e dentro deste debate o movimento negro brasileiro tem tido um papel fundamental.

Segundo Contins (1999) o chamado “ressurgimento do movimento negro no Brasil” que se verificou a partir da década de 70, impôs uma nova dinâmica as organizações que discutiam a questão racial que desenvolveram um trabalho significativo, pondo em perspectiva as desigualdades existentes entre brancos e negros. Apesar das diversas tentativas de conscientização da sociedade brasileira para este problema, no entanto, as propostas mais eficazes que atendessem a população negra se apresentavam, na maioria das vezes, de forma tímida e desarticulada e sua implantação não se efetivou em sua grande maioria.

O movimento negro brasileiro chegou na década de 90 buscando reformular sua prática, e como item central de suas reivindicações estavam a demanda por políticas específicas voltada para a população negra, ou seja, políticas focalizadas com o objetivo de diminuir as desigualdades existentes entre a população negra e branca.

Em 1999 a questão da democratização do acesso ao ensino superior foi trazida ao debate nacional mediante a apresentação de um Projeto Lei, aprovado no Senado Federal e em discussão na Câmara dos Deputados, que prevê a reserva de 50% das vagas nas universidades públicas para candidatos que fizeram o ensino médio na rede pública de ensino.

Atualmente o movimento negro brasileiro discute a possibilidade de implementação de ações afirmativas¹ voltada para as populações negras, nas suas mais diversas modalidades – políticas de cotas, ação compensatória e outras estratégias que segundo Joaquim Barbosa Gomes (2001) ação afirmativa consiste em dar tratamento preferencial, favorável, aqueles que historicamente foram marginalizados, de sorte a colocá-los em um nível de competição similar ao daqueles que historicamente se beneficiaram da sua exclusão.

Os debates atuais em torno das políticas de ação afirmativa têm lavando em conta diferentes fatores entre os quais destaca-se a difícil situação da população negra brasileira, os mecanismos de discriminação existentes na sociedade brasileira assim como a desacreditada ideologia da “democracia racial²” para avaliar a necessidade de implementação de políticas públicas específicas que promovam o acesso mais democrático tanto a educação quanto ao mercado de trabalho para a população negra.

Segundo Sader (1988), os movimentos sociais são sujeitos coletivos mobilizadores e produtores de demandas, “onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus

interesses e expressar suas vontades”, onde são produzidas ações constitutivas de projetos e propostas. Portanto, os movimentos sociais também podem ser sujeitos das *ações afirmativas* na educação brasileira.

Os movimentos sociais de cursos pré-vestibulares surgem como uma denúncia das desigualdades de oportunidades de diferentes segmentos da sociedade (negros e carentes) no acesso ao ensino superior e lutam para democratizar o acesso a estas populações sub-representadas nas universidades brasileiras.

As demandas populares por políticas de democratização da educação no que diz respeito ao acesso e permanência no ensino superior que hoje acontecem no âmbito político e universitário, são, em parte, oriundos das questões reivindicatórias colocadas pelo Movimento Negro Brasileiro³ durante os últimos vinte anos e o movimento de pré-vestibulares comunitários está diretamente ligado a esta luta.

Segundo Jaccoud e Beghin (2002), as ações afirmativas entraram no debate político brasileiro durante a década de 1990, a demanda por políticas específicas voltadas para a população negra tornou-se um item central da pauta de reivindicações do Movimento Negro. Durante a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo pela Cidadania e a Vida” representantes do movimento negro brasileiro entregaram um documento ao Presidente da República exigindo ações efetivas do Estado no sentido de favorecer a criação de condições para a promoção da igualdade de oportunidades, assegurando a eliminação de qualquer fonte de discriminação direta ou indiretamente e reorientar o sistema educacional no sentido de valorização da pluralidade étnica.

A pressão pela igualdade de oportunidade do negro no ensino superior não tem sido uma reivindicação somente interna, mas também externa, durante a Conferência das Nações Unidas contra o Racismo e a Intolerância realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001, o Brasil foi acusado de ser um

país racista devido as desigualdades existentes no Ensino Superior e no mercado de trabalho, onde uma parcela matriculada de afrodescendentes é proporcionalmente inferior à existente na população.

O governo brasileiro levou a proposta de criação de cotas ou reserva de vagas para o ingresso para a população afrodescendente como uma solução para o problema das desigualdades raciais no ensino superior.

O movimento social designado de pré-vestibulares comunitários ou populares surgiu como movimento de reivindicação no início dos anos 90, por um lado, denunciando a péssima qualidade do ensino médio público que praticamente elimina as possibilidades de acesso dos estudantes provenientes da população menos favorecida economicamente e dos negros ao ensino superior, e por outro lado, o baixo percentual de estudantes negros nas universidades (menos de 5% dos estudantes). (Nascimento 1999, Santos 2000 e Esteves 1997).

Os pré-vestibulares comunitários ou populares existem para que essas injustiças possam ser superadas pela educação pública de qualidade e pela livre participação no conjunto da sociedade. A importância deste movimento está na denúncia e no anúncio de tais injustiças, na medida em que as instituições públicas não dão conta do acesso de todos os segmentos da população à vida acadêmica e profissional, sendo assim sua existência se torna necessária⁴.

Os cursos pré-vestibulares comunitários ou populares são organizações específicas com o objetivo de preparar os alunos para o exame de vestibular, requisito necessário para o acesso ao Ensino Superior no Brasil.

No bojo dessa situação surgiram os cursos pré-vestibulares comunitários. Baseados no princípio da igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior, esses cursos buscam democratizar o acesso às universidades de negros e carentes. Vale salientar que os cursos pré-vestibulares comunitários ou populares estão espalhados por vários estados e municípios brasileiros.

Os cursos pré – vestibulares comunitários estão surgindo em todo Brasil em decorrência do sucesso de tal iniciativa que é reproduzida através do estímulo a um compromisso de retorno aos cursos, por parte dos que garantem uma vaga no ensino superior, e que retornam ao pré – vestibular como professores garantindo dessa maneira a reprodução.

O objetivo central deste trabalho é estudar a trajetória e as estratégias de dois movimentos sociais de cursos pré – vestibulares comunitários ou populares, nomeadamente: O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e a Educação para Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO) como movimentos de luta que visa contribuir para a democratização do acesso da população negra de classes populares ao/no ensino superior público e privado no Brasil, uma vez que o processo de ingresso no ensino superior brasileiro permanece sendo uma questão altamente problemática da nossa política educacional.

Segundo Sader & Gentili (2002) para aqueles que conseguem superar as barreiras dos níveis iniciais, as possibilidades de acesso ao ensino universitário público, tendem a diminuir pela força de um pouco questionado sistema de seleção que oculta, por trás de critérios meritocráticos, a radicalidade de um mecanismo de hierarquização que discrimina com eficácia aos pobres, aos negros, aos trabalhadores; características estas comuns ao exército de jovens que reconhecem, nas intermináveis listas com os resultados do vestibular, que a passagem pela escola e o direito a educação são, no Brasil, duas coisas diferentes. Jovens que hoje acabam encontrando, na oferta privada, a única – e sempre – custosa – chance de acesso ao ensino superior.

As estratégias desses dois movimentos sociais a serem privilegiadas neste trabalho são, por um lado, a política de ação afirmativa, numa das suas modalidades adotada no Brasil como política de cotas ou reserva de vagas que visa facilitar e democratizar o acesso dos negros ao ensino superior. E por outro lado, o questionamento do exame de seleção para o ensino superior, o vestibular.

As questões relacionadas ao tratamento político da questão do acesso ao ensino superior, voltam-se principalmente para o movimento pendular presente entre a expansão e a contenção desse sistema de ensino. O debate se volta para a possível responsabilidade que o vestibular teria no estabelecimento de impedimentos aos candidatos negros e carentes, notando-se forte preocupação com a possibilidade de levar a um acesso mais democrático destes segmentos sub-representados no ensino superior.

Dada a atualidade do tema, cabe considerar que a democratização do acesso ao ensino superior, no Brasil, adquire significativa importância nos dias atuais, reforçando o debate em torno das cotas ou reserva de vagas nas universidades públicas para negros e alunos provenientes de escolas públicas como as que atualmente estão em vigor na UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na UEBA – Universidade Estadual da Bahia e recentemente aprovada na UnB – Universidade Nacional de Brasília as cotas para negros e índios.

Que a universidade deva servir à sociedade que a criou parece não haver dúvidas. Resta, no entanto, saber a que sociedade deve servir. E neste sentido, parece evidente que num país democrático a universidade precisa romper com o elitismo que a concebeu e engajar-se de forma clara num programa nacional que promova o acesso amplo das populações excluídas. Não parece ser esta a realidade no Brasil contemporâneo, cujos 2 milhões de alunos universitários são, numa sociedade com 47% da população negra, na sua esmagadora maioria brancos⁵.

2 - A Luta pela democratização das universidades: a trajetória do PVNC e da EDUCAFRO

O PVNC e a EDUCAFRO enquanto entidades ligadas ao Movimento Negro são também responsáveis pela introdução da discussão em relação as questões raciais na educação brasileira nos últimos anos, com a sua atuação baseada na

denúncia e anúncio do atual quadro de desigualdades em que se encontra a educação superior no Brasil e propondo políticas públicas para democratizar o acesso às universidades.

Adão (2003:61) em seu artigo sobre a *Práxis Educativa do Movimento Negro do Rio Grande do Sul* enfatiza que:

“praticamente em toda a sua trajetória histórica e, especialmente, em sua fase contemporânea, o movimento negro vem travando uma luta de cunho cultural e sóciopolítico como forma de erradicar o racismo, a discriminação e o preconceito que o negro tem sofrido historicamente”.

Genivalda dos Santos, coordenadora da Soweto Organização Negra (2003), o Movimento Negro na categoria de movimento social tem o papel de educar e humanizar as relações sócio-raciais brasileiras. Quando o sistema de ensino não tem em suas diretrizes básicas a prevenção contra os males do preconceito, a escola se transforma num aparelho ideológico de transmissão da cultura da intolerância. Esse valor de rejeição do outro se alastra por corações e mentes e passa a justificar atitude de exclusão social amparada em valor marca biológica da raça, mas, sobretudo nas razões das ciências sociais que explicam as desigualdades sócio-raciais da população negra no Brasil.

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes e a Educação para Afrodescendentes e Carentes têm defendido ao longo de suas trajetórias, enquanto movimentos sociais reivindicativos, a melhoria da qualidade do ensino básico nas escolas públicas, onde os estudantes na sua maioria são negros e/ou brancos de baixa renda, a substituição do vestibular por um exame que não privilegie o mérito adquirido através de “decorebas” e sim o mérito socialmente construído de acordo a realidade social e vivência cotidiana dos candidatos, assim como têm defendido a permanência dos estudantes carentes nas universidades particulares ou públicas através de bolsas de estudos bem como a defesa de uma

cultura antidiscriminatória dentro das universidades que muitas das vezes condicionam a permanência dos alunos pobres e negros.

O PVNC e a EDUCAFRO sempre foram protagonistas e incentivadores do aumento da demanda e pressões das populações sub-representadas, negros e pobres para o acesso ao ensino superior, dois fatores contribuíram para tais pressões, nomeadamente a entrada cada vez maior de estudantes negros e pobres no ensino médio e a proliferação dos cursos pré-vestibulares comunitários ou populares.

Pode-se afirmar, conforme Bacchetto (2003:140) que os movimentos de cursos pré-vestibulares comunitários ou populares, *“ao mobilizar os seus alunos, aqueles com perfil desfavorável no ingresso, pela modificação dos sistemas seletivos, atuam como porta-vozes de uma população mais ampla que deseja a formação universitária; eles evidenciam a necessidade de modificação no acesso, o aumento da demanda e as transformações que serão necessárias no nível superior para incorporar um novo contingente de pessoas”*.

As ações e os discursos das lideranças desses dois movimentos em relação as políticas de reestruturação do ensino superior atualmente em curso no Brasil têm levado em consideração a crise que a educação superior brasileira atravessa na medida em que o financiamento público diminui o que vem comprometendo o desenvolvimento em matéria de ensino superior e pesquisa nas universidades públicas. Estas lideranças têm defendido sistematicamente nos debates e fóruns a não privatização das universidades públicas.

Segundo Ristoff (1999), a universidade brasileira enfrenta hoje três grandes crises: (1) a crise financeira; (2) a crise do elitismo; e, (3) a crise de modelo. Na discussão destas três crises, lado a lado, é possível responder à algumas perguntas sobre o propósito da educação superior e sugerir um esboço para uma

busca de consenso em torno de como a educação universitária deve ser, a que deve dedicar a sua atenção, a quem deve servir, quando, e por quê?

Esta pesquisa analisou uma das características emblemáticas da crise universitária brasileira tendo como pano de fundo a histórica desigualdade que, em matéria de acesso e permanência, se apresentam aos jovens negros e pobres excluídos do ensino superior através das estratégias de dois movimentos sociais (PVNC e a EDUCAFRO) para democratização do acesso as universidades.

A trajetória histórica desses dois movimentos de pré-vestibulares é também, como em qualquer movimento social, um espaço de disputas, conflitos internos e construção de redes, vale frisar que a própria EDUCAFRO foi fundada por uma liderança dissidente do PVNC, o Frei David Raimundo dos Santos que divergiu com outras lideranças do PVNC e acabou fundando a EDUCAFRO em 1997.

Estas disputas internas foram motivadas por diferentes projetos políticos e ideológicos que dividiu o movimento, segundo Santos (2003) esse embate opôs de um lado, um grupo que se articulou em torno de um formato eclesial, liderado por Frei David, e o outro que defendia a autonomia organizativa em relação às igrejas e propunha a construção de um aparato institucional.

Santos (2003:38) em seu estudo sobre o PVNC Agendas e Agências, que:

“...a história do PVNC é, por um lado, processo de construção e enfraquecimento de fortes redes de solidariedade estruturando um movimento social. De outra perspectiva, também é seqüência de conflitos e embates em torno da autoridade política na condução ou capitalização dessas redes”.

O autor prossegue afirmando que:

“Nessa perspectiva, tanto as estruturas criadas como os fóruns de coletivização de discussões, entre eles o Conselho Geral, a Assembléia, a Secretaria Geral e as Secretarias Regionais... além do tema das discussões,

podem ser encarados não apenas como frutos dos debates e dos conflitos (estruturas estruturadas), mas também como arenas de desenvolvimentos dos conflitos (estruturas estruturantes), espaços e instrumentos nos quais (e por meio dos quais) os sujeitos instituem sua legitimidade de portadores dessa autoridade na enunciação do coletivo”.

A pesquisa constatou que os dois movimentos estudados são duas iniciativas importantes dentro do movimento de pré-vestibulares comunitários ou populares uma vez que trabalham com a ênfase na questão racial, formulando propostas que, além do vestibular, têm como objetivos a conscientização sobre o significado do racismo, o preconceito e a discriminação na sociedade, a construção de uma identidade negra através de trabalhos que enfatizam a cultura negra e a elevação da auto-estima, a construção de propostas de ação afirmativa para a promoção da igualdade de oportunidades e o reconhecimento da diversidade cultural dos brasileiros (Nascimento 2001; Santos 2002; Esteves 1997).

O surgimento desses dois movimentos de pré-vestibulares comunitários ou populares esta na base de denunciar o quadro gritante de desigualdade de oportunidades educacionais existentes entre negros e brancos no ensino superior brasileiro. De acordo com a Rede de Pré-Vestibulares Populares⁶, o trabalho desses cursos já conseguiu levar mais de 5000 estudantes negros e carentes às universidades públicas e privadas.

O PVNC e a EDUCAFRO têm dado importantes contribuições para a democratização do acesso ao ensino superior, através de negociações com as universidades para garantir isenções de taxa e bolsas para os estudantes, das ações judiciais contra a inconstitucionalidade das taxas de inscrições, da formulação de propostas de políticas de promoção de igualdade e da participação de vários fóruns de debates.

Segundo as estimativas de Alexandre do Nascimento, Secretário Geral do Movimento de Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), núcleo da Baixada Fluminense:

“Atualmente existem cerca de 500 cursos de pré-vestibular populares espalhados por todo Brasil, o Rio de Janeiro aparece em primeiro com cerca de 150 cursos, em segundo vem São Paulo com 100 cursos e Belo Horizonte com cerca de 30 cursos. No Rio de Janeiro a EDUCAFRO (Educação e Cidadania para Negros e Afrodescendentes) tem cerca de 70 núcleos, e o PVNC é o segundo maior do Rio de Janeiro com cerca de 40 núcleos. É conveniente salientar que o número de alunos por cada núcleo varia muito, tanto no PVNC quanto na EDUCAFRO, podendo variar de 30 a 50 alunos em média por cada núcleo” (Entrevista à Angélica Basthi. Educação para negros e carentes. 09/05/03 - .Revista Afirmar.)

Ao longo dos últimos 10 anos, os cursos pré-vestibulares comunitários ou populares em geral e o PVNC e a EDUCAFRO em particular pela sua abrangência e intervenção têm sido um movimento catalisador e formuladores de propostas para uma educação superior inclusiva.

É bom salientar que estes cursos pré-vestibulares comunitários ou populares além de preparar os estudantes oriundos de classes populares e grupos socialmente marginalizados, negros e pobres para os vestibulares, também têm a função de preparar o aluno como um agente ativo na luta política pela busca da cidadania. Essa preparação se dá através da disciplina intitulada “*Cultura e Cidadania*”. Conforme Santos (2003), a disciplina Cultura e Cidadania foi formulada como a convergência entre a preparação para o vestibular, a conscientização política e a busca de uma proposta pedagógica adequada à realidade e aos interesses dos segmentos sociais envolvidos no PVNC.

Marlene Correia, coordenadora da EDUCAFRO núcleo da Urca, afirma que:

“No nosso pré-vestibular na disciplina Cultura e Cidadania, que aliás é obrigatória para todos os alunos, nós estamos trabalhando com a temática das relações raciais no sentido de resgatar a história do povo negro no Brasil como propósito de elevar a auto-estima desses alunos negros ..”(Entrevista por e-mail 22/08/03)

Em relação a estrutura de funcionamento o PVNC e a EDUCAFRO atuam de forma semelhante, seja, são compostos por núcleos de aproximadamente 50 alunos e cada núcleo possui um coordenador que organiza a parte administrativa e pedagógica, os professores ministram as aulas como voluntários e os alunos contribuem com 5 ou 10% do Salário Mínimo.

A seguir uma breve reflexão histórica dos dois movimentos estudados nessa pesquisa:

2.1 - O Movimento Pré-Vestibular Para Negros e Carentes – PVNC⁷

O Movimento de Cursos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNC) surgiu na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro, por iniciativa de um grupo de educadores incomodados e descontentes com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados. Visando ainda a articulação de setores excluídos, o PVNC também se propõe desenvolver uma luta ampla pela democratização educação e contra a discriminação racial.

O PVNC foi criado em 1993 por Alexandre do Nascimento, Luciano Dias, Antonio Dourado e o Frei David Raimundo dos Santos (que posteriormente se desvinculou do grupo e fundou em 1997 a EDUCAFRO).

A Igreja Católica teve um importante papel pra a criação do PVNC. A proposta de criação do nasceu na Igreja Católica, a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo.

Segundo Nascimento (2003), o “boom” de cursos Pré-Vestibulares Populares no estado do Rio de Janeiro aconteceu em 1994 em função da estratégia implementada pelo PVNC para conquistar novos espaços a fim de ampliar o acesso de estudantes negros e carentes ao ensino superior. Conforme afirmou o próprio Alexandre do Nascimento:

“Na época, saímos em campo convidando sindicatos, igrejas, associações de moradores e universidades para abrirem cursos de Pré-Vestibular” (Entrevista à Angélica Basthi. Educação para negros e carentes. 09/05/03 - .Revista Afirmar.)

O primeiro resultado concreto desse debate foi a concessão de 200 bolsas de estudos pela PUC-SP. Essas bolsas foram destinadas para estudantes participantes do movimento negro. As 200 bolsas de estudos concedidas pela PUC-SP fizeram surgir, no Rio de Janeiro, a idéia de organizar um curso para estudantes negros.

No final de 1992, iniciaram-se, na Igreja da Matriz do Município de São João de Meriti as discussões e articulações para a organização de um curso na Baixada Fluminense e capacitar estudantes para o vestibular da PUC-SP e das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. Foram, também, importantes referências outras duas experiências populares de ensino pré-vestibular: o curso pré-vestibular da Associação dos Funcionários da UFRJ e o Curso Mangueira Vestibulares.

A proposta se sustentava em duas constatações: em primeiro lugar, a péssima qualidade do ensino médio na Baixada Fluminense, que praticamente elimina as possibilidades de acesso do estudante da região – que é constituída em sua maioria por uma população economicamente desfavorecida e negra - ao ensino superior. Em segundo lugar, o baixo percentual de estudantes negros nas universidades (menos de 5% dos estudantes).

O grupo que iniciou a articulação para a formação do curso era composto por professores de ensino médio e militantes dos grupos católicos de Agentes de Pastoral Negros (APN) e do Grupo de Reflexão sobre Negros e Indígenas (GRENI). Esse grupo iniciou os contatos com outros professores, buscou escolas que pudessem ceder uma sala para a realização das aulas, bem como realizaram o trabalho de divulgação e reuniões com os primeiros alunos interessados. A partir desses contatos o grupo foi se ampliando, a idéia começou a se materializar e, em junho de 1993, iniciaram-se as aulas do curso. A esse curso foi dado o nome de *Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes*.

A partir de 1994, com o sucesso e repercussão do trabalho realizado em 1993 – que obteve 34% de aprovados para a UERJ, UFRJ, UFF e PUC-RJ – outros grupos (entidades populares, entidades do movimento negro, igrejas, educadores e ex-alunos) organizaram novos núcleos do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

No final de 1994, o PVNC contava com mais de 20 núcleos. Desde então, vários núcleos foram criados. Em 1995, foi criado o Conselho Geral, que se reúne mensalmente com o objetivo de articular os cursos em torno de objetivos comuns. Muitos dos mais dos 150 cursos existentes hoje no estado do Rio de Janeiro foram criados a partir do trabalho do PVNC. Desses cursos, 40 fazem parte do Conselho Geral do PVNC, que é a instância coletiva que organiza o movimento.

No contexto histórico dos cursos pré-vestibulares populares, o movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) tem um papel fundamental. Foi o primeiro a organizar-se como uma rede, a buscar parcerias, a negociar isenções de taxas de inscrição e bolsas de estudos com universidades públicas e privadas, a mover ações judiciais contra universidades para garantir o direito de fazer a prova do vestibular para os estudantes mais pobres, a utilizar a mídia para divulgar amplamente o seu projeto, a divulgar sua experiência em eventos políticos e acadêmicos, a aparecer em documentos governamentais. Foi a partir

dessa iniciativa que surgiram a maioria dos cursos pré-vestibulares populares hoje existentes.

Para Nascimento (1999), o PVNC é um movimento em permanente construção. Na sua trajetória há avanços e retrocessos, há momentos de grande articulação e momentos de desarticulação. Há, ainda, uma questão ainda pouco discutida: a questão do projeto político. Para alguns de seus participantes, o PVNC é visto como um projeto (da igreja católica, do movimento negro, etc.); para outros o PVNC é um movimento social sem um projeto global; e, há aqueles que visualizam o PVNC apenas como um pré-vestibular, resumindo seu papel apenas na preparação para o vestibular.

Atualmente a rede PVNC oferece 1600 vagas aproximadamente por ano, não cobra taxas de seleção, mas, no entanto, cobra uma taxa mensal de até 10% salário mínimo, os alunos sem condição de pagar não pagam, usa como critério de seleção: ser negros de baixa renda, também aceita brancos carentes, mantém um vínculo com os professores voluntários que recebem um lanche e a passagem de ônibus, os horários de funcionamento varia de acordo ao núcleo, mas geralmente é aos sábados das 9hs 00 às 18hs 00, ou durante a semana das 18hs00 às 22hs00, os seus cursos funcionam somente no estado do Rio de Janeiro e tem como locais preferenciais as Igrejas, paróquias, comunidades religiosas, escolas públicas e particulares, salões abandonados e universidades e todas as aulas têm a mesma carga horária incluindo Cultura e Cidadania.

2.2 - O Movimento Educação para Afrodescendentes – EDUCAFRO⁸

Educação para Afrodescendentes e Carentes é uma ONG fundada em 1997 pelo Frei David Raimundo Santos, membro fundador do PVNC, está dividida em diversos núcleos que possuem relativa autonomia, e conta com uma direção vinculada à Igreja Católica através da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil. Conforme o Frei David a EDUCAFRO passou a existir no Rio

de Janeiro inicialmente com a atividade principal de concessão de bolsas de estudo em universidades particulares.

O nome EDUCAFRO – Educação para Afrodescendentes e Carentes, segundo fundador foi pensado como uma forma de ajudar o negro a se assumir enquanto tal, e também como medida para afastar alunos de classe média que pudessem querer se inscrever no cursinho, garantindo, desta maneira, que os alunos fossem predominantemente carentes e/ou afrodescendentes. Esta iniciativa surge com o objetivo de garantir o acesso e a permanência do estudante afro-descendente e/ou carente no ensino superior. Assim sendo além de oferecer os cursos de pré-vestibular ela também desenvolve uma série de ações que vão desde: garantir ao estudante pobre a isenção da taxa do vestibular, que é um meio de exclusão para os candidatos economicamente desfavorecidos; defende a implementação de reserva de vagas nas universidades públicas, como instrumento para democratizar o acesso ao ensino superior dos historicamente desfavorecidos, em especial os afrodescendentes; e também visa garantir bolsas de estudo para permitir a permanência dos alunos que ingressaram no ensino superior particular e não possuem condições de custear os seus estudos.

O Frei David Raimundo Santos teve a idéia de organizar em São Paulo núcleos de Pré-vestibular para afrodescendentes de baixa renda em 1997, usando a mesma metodologia largamente testada no Rio de Janeiro através do PVNC. No mesmo ano o EDUCAFRO organizou um núcleo piloto em São Paulo. Conforme o próprio Frei *“O sucesso deste primeiro núcleo criou no povo afro-descendente e nos pobres em geral a certeza de que esse era o caminho. No início de 98 já contavam com 4 núcleos. No final de 98 o número subiu para 19 núcleos”*.

Com a constituição de novos núcleos, segundo Frei David (2001), *“Colocamos no coração o desafio de, no final de novembro de 99, termos 30 núcleos funcionando com esta mesma metodologia. Para nossa grande alegria, iniciamos o mês de abril/99 já atingindo a meta de novembro/99: 30 núcleos. O povo descobriu que o Governo tem outras prioridades e que quem sabe faz a*

hora, não espera acontecer! Seguramente, o acesso do pobre às Universidades não é prioridade dos Governos estabelecidos”.

Este trabalho é auto-sustentável, não gerando grande ônus financeiro para a entidade que acolhe um núcleo. Cada aluno contribui mensalmente com 10% do salário mínimo. Estes recursos são utilizados para fotocópias, apagador, giz, apostilas das matérias, ficando sempre um dinheiro em caixa para pagar os gastos de passagens e lanche dos professores. Portanto, a entidade ou comunidade que se dispõe a entrar numa espécie de **mutirão de educação alternativa** não necessita fazer campanha financeira entre seus membros, nem projetos para o exterior, pois os próprios estudantes têm assumido com consciência a sustentação interna do núcleo.

Atualmente a EDUCAFRO oferece 7720 vagas aproximadamente por ano, não cobra taxas de seleção, somente cobra uma taxa mensal de até 10% salário mínimo, para os alunos que não têm condição de pagar não pagam, usa como critério de seleção: ser afrodescendente, estar a algum tempo distante da escola e ser carente, também aceita brancos carentes, mantém, igualmente, um vínculo com os professores voluntários que recebem um lanche e a passagem de ônibus, os horários de funcionamento varia de acordo ao núcleo, mas geralmente é aos sábados das 9hs 00 às 18hs 00, ou durante a semana das 18hs00 às 22hs00, os seus cursos da EDUCAFRO funcionam nos seguintes estados São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santos, e tem como locais as igrejas, paróquias, comunidades religiosas, escolas públicas e particulares, e salões abandonados, também ministram todas as disciplinas com a mesma carga horária incluindo Cultura e Cidadania.

Somente em São Paulo a EDUCAFRO chegou ao final de 2002 conveniados com mais de 20 Universidades Particulares com um total de 1.006 universitários bolsistas.

3 – As estratégias de acesso ao ensino superior

Esta pesquisa constatou os dois movimentos sociais estudados têm adotado várias estratégias de acesso ao ensino superior, além de prepararem os alunos para o concorrido vestibular, os movimentos têm feito o anúncio e a denúncia por melhoria na escola pública, assim como o questionamento a respeito do vestibular baseado no mérito que funciona como um grande obstáculo para o ingresso no ensino superior, por um lado, e a adoção de políticas de ação afirmativa através de reservas de vagas para os segmentos excluídos no ensino superior, por outro lado.

A abertura de convênios com instituições do ensino superior particular tem sido uma arma muito usada pela EDUCAFRO para garantir a permanência dos seus alunos através da isenção de pagamento (bolsas) para os seus alunos.

Para ingressar no ensino superior, alguns obstáculos se apresentam, segundo Nascimento (1999), os pré-vestibulares comunitários são a novidade do ponto de vista da política de inclusão promovida pela sociedade civil. Uma vez que o funil que mobiliza a máquina trituradora da participação da sociedade no processo universitário, que é conhecido como vestibular⁹, vive, via de regra, das escolas particulares e dos cursinhos pré-vestibulares particulares.

A idéia original de que no Brasil o acesso ao ensino superior é democrático e que vê no mérito um princípio norteador da nossa sociedade baseada na alta competitividade e no individualismo onde o mérito e essa capacidade pessoal, assume uma importância fundamental.

O ideal explícito do mérito, segundo as lideranças dos movimentos estudados é uma “falsa” que pressupõe que igualdade de oportunidade é o mesmo que igualdade de condições. Como, em geral, o aluno da escola pública em situação desvantajosa, por sua condição social e pela realidade do sucateamento da educação, é ilusório imaginar que ele concorrerá nas mesmas

condições que o aluno de maior capital cultural e social. E como numa prova de atletismo de 1000 metros uns concorrentes usassem carros e outros somente a força física, e no final todos fossem avaliados de maneira igual, naturalmente quem usou carro chegaria em primeiro lugar e ganharia a prova. Acredito que o mesmo ocorre com o vestibular.

Frei David Raimundo dos Santos (atual Diretor Executivo da EDUCAFRO) um dos principais mentores e executores desse projeto, considera o seu trabalho como uma expressão de “ação afirmativa”, e isto é um motivo a mais para a reflexão do movimento de cursos pré – vestibulares comunitários uma vez que o debate em torno da validade e pertinência de políticas de ação afirmativa aparece como um ponto crucial para a definição das perspectivas de desenvolvimento de estratégias antidiscriminatórias do movimento negro hoje. (Frei David. O Globo 15/02/03).

Todos os dados disponíveis mostram uma disparidade impressionante entre negros e brancos no ensino superior brasileiro¹⁰. Essa é a base material indiscutível da reflexão sobre o vestibular como meio de acesso para o ensino superior no Brasil.

Trata-se afinal, como expôs muito bem Silva (2003) em seu artigo sobre *O engodo do vestibular e os dilemas da classe média empobrecida*, onde o autor enfatiza que a lógica do vestibular, no Brasil, camufla o fato de que socialmente desiguais, que determinados grupos sociais têm acesso à cultura para além do sistema de ensino, o qual reproduz e legitima as desigualdades: vitoriosos e fracassados são analisados por pretensos dons e méritos individuais. Sendo assim, para uns o sucesso parece natural (o próprio fato de terem sido vitoriosos o comprovaria); a vitória de uns e o fracasso da maioria. É preciso antes de mais observar que a seleção é também anterior ao vestibular.

Desta forma, o surgimento de propostas de ação afirmativa, conforme constataram Jaccoud e Beghin (2002) em *Desigualdades Raciais: Um balanço da intervenção governamental*, assenta-se em uma crítica ao ideal da igualdade de

direitos como instrumento eficaz para a promoção da igualdade. O reconhecimento de que a igualdade formal não garante aos que são socialmente desfavorecidos o acesso às mesmas oportunidades que têm aqueles socialmente privilegiados.

Segundo Hélio dos Santos, professor da Universidade de São Marcos e reconhecida liderança do movimento negro brasileiro, na mesa redonda “Educação, Igualdade e Solidariedade: desafios à política universitária” na inauguração do Projeto Espaços Afirmados do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ no dia 14/07/2003 afirmou que:

“Esse tipo de política permite tratar desiguais de forma desigual com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades hoje negada aos grupos racialmente discriminados”.

Alguns autores têm chamado atenção que o vestibular tem um efeito determinante no que diz respeito aos dilemas vividos pela escola pública entre a intenção de formar cidadãos e preparar seus alunos para o vestibular. Cindida por essa dupla exigência insiste em priorizar o “*método decoreba*”, ainda hoje predominante nos vestibulares onde os conteúdos precisam ser memorizados. (Silva 2003; Soares 2002; Gentili, Sader 2002, Santos 2003).

Para Santos (2003) certamente, a memorização de conteúdos não garante a aprendizagem dos mesmos, na maioria das vezes, o aluno memoriza para tirar a nota e passar no vestibular, o que leva a crer que o vestibular não explora todos os saberes, “*O conteúdo dos vestibulares públicos corre o risco de ser descartável, servindo apenas para eliminar aqueles que não tiveram acesso a conteúdos complexos e cheios de macetes, ministrados nos cursinhos caros os vestibulares não têm medido capacidade*”

Continua:

“infelizmente os vestibulares das universidades publicas não medem nem 5% do saber humano... é uma decoreba, é um saber descartável. é um privilegio que é dado à classe rica neste país para conseguir uma vaga de maneira injusta. Portanto, a meritocracia ‘e injusta e desonesta,e as cotas vêm exatamente para derrubar essa meritocracia” (fórum "Educação e Cidadania Afro-descendente". 12/05/03 PUC – Rio).

Em relação ao exame de ingresso ao ensino superior é pertinente questionar essa “seleção dos melhores” uma vez que este exame privilegia determinados saberes em detrimento de outros, e nem todos os que são selecionados são realmente os melhores. Um caso real (o caso do Moisés aluno da EDUCAFRO) que nos ajuda a entender essa “falsa seleção dos melhores” é narrado pelo Frei David numa entrevista ao jornal O Pasquim nº 55, segundo o qual:

“Moisés, morador da Cidade de Deus, negro e pobre. Seu irmão desempregado, procurou emprego anos a fio, não conseguiu, se empregou na quadrilha de traficantes. Ganhou bem, perdeu a vida logo. Moisés, jovem, desempregado, procura emprego e não acha e começa a entrar na quadrilha. Moisés teve a felicidade de poder entrar num pré-vestibular da EDUCAFRO perto da casa dele. Fez vestibular para a PUC-Rio e para universidades públicas. Nas universidades públicas não passou. Fez para a PUC-Rio e não passou. Segunda chamada, não passou. Última chamada para o curso de Desenho Industrial, um dos mais caros da PUC-Rio, já fechando a porta do processo, está lá o nome de Moisés. Ele tem um perfil que nenhuma faculdade quer. Moisés tem um saber acadêmico desqualificado de pai, mãe, avô e avó. Moisés entrou por acaso. Porque sobrou mesmo! Dois anos depois estou fazendo levantamento com Moisés e outros alunos e descubro que ele é o quinto melhor aluno em sala de aula. Negro, pobre e da Cidade de Deus! É o quinto melhor aluno! Moisés era para ser jogado na mão da droga, da quadrilha. A meritocracia estava levando Moisés ao fracasso”.

Um aspecto central nessa discussão diz respeito à real função e os efeitos do vestibular sobre o sistema de ensino (público ou privado) e a sociedade. Para efeito dessa reflexão, pode-se partir do princípio de que o vestibular camufla o fato de que socialmente desiguais concorram em pé de igualdade por uma vaga no ensino superior, uma vez que determinados grupos sociais têm acesso as melhores condições de aprendizado em detrimento de outros, fato esse que tem sido extremamente fundamental no sucesso ou fracasso nos vestibulares.

A questão não é tão simples assim. Não basta dizer que o vestibular é excludente, merece ser colocada também no centro desta discussão a questão do ensino fundamental e médio público de onde provêm a maioria dos negros e pobres que participam dos vestibulares.

Não há dúvida que a precariedade do ensino fundamental e médio público praticamente elimina as possibilidades de acesso ao ensino superior dos alunos provenientes desta rede de ensino.

Ainda não é possível ver qualquer indício de que as melhores universidades federais e estaduais pretendam substituir seus concorridos exames. Apesar de aperfeiçoá-los, essas instituições continuam realizando seus tradicionais concursos.

Para Góis (2002), a mudança mais visível no que diz respeito a democratização do acesso ao ensino superior aconteceu entre as universidades particulares. Só que é preciso lembrar que o ensino superior privado no Brasil apresentou uma situação singular nesses últimos anos: cresceu extraordinariamente, num ritmo de oferta de vagas muito maior do que o crescimento da renda do brasileiro.

Por isso, é cada vez mais comum encontrar vestibulares de instituições particulares onde há mais vagas do que candidatos. O exame para ingresso nas instituições particulares está cada vez mais fácil e menos parecido com o tradicional e aterrorizante vestibular das públicas. Como o exemplo do semi-

analfabeto e da analfabeta aprovados em um vestibular de uma universidade particular, conforme reportagem do jornal O Globo:

“Aprovado em nono lugar no vestibular de direito da Universidade Estácio de Sá, o padeiro semi-analfabeto Severino da Silva passou também na prova de seleção da Universidade Gama Filho, no Rio. Para a mesma instituição, foi aprovada ainda a empregada doméstica Gracilene Amaro da Silva, que é analfabeta. Ambos passaram para o curso de letras, que forma professores”.(O Globo, de 10/12/2001, p.11.).

As estratégias dos movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso às universidades ganham força e terreno, na medida em que as instituições públicas de ensino superior de qualidade não dão conta do acesso, promovendo reivindicações de políticas públicas que permitam um maior acesso dos cidadãos a este nível de ensino e o PVNC e a EDUCAFRO estão dentro dessa batalha.

Sua necessidade é circunstancial, pela imensa lacuna histórica que dá à universidade hoje, no Brasil, especialmente as públicas uma cara branca, bem distante daquela significadora da sociedade brasileira no seu cotidiano, cuja periferia, embora produza os bens (públicos e privados) continua, no entanto, marginal no seu acesso.

Alguns dados divulgados pelo MEC (2000) nos ajudam a perceber tamanha disparidade no acesso ao ensino superior dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito a população branca que representa 54% e a população afrodescendente (negra e parda) 45%. Os negros foram apenas 2,2% dos formandos nas universidades em 2000; a quantidade de brancos chegou a 80%.

Para Góis (2001) é observando o topo da pirâmide do sistema educacional brasileiro que se percebe com clareza a dimensão da desigualdade racial no país.

Se a proporção de negros na população e na universidade fosse a mesma, o número de formandos nas universidades desse grupo étnico seria 160% maior. Em alguns cursos, a distorção é ainda mais visível. Em odontologia, por exemplo, apenas 0,7% dos estudantes que se formaram neste ano são negros. Em medicina, essa taxa é de 1%. Na área de veterinária, eles são apenas 1,1% do total.

Quando se junta o número de negros e pardos, esse grupo acaba representando 15,7% dos formandos e 45,2% da população. Tanto no caso do provão como na pesquisa do IBGE, são as próprias pessoas avaliadas que definem seu grupo racial.

Os dados sobre a presença de grupos raciais na universidade foram elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil a partir dos questionários socioeconômicos respondidos por 197 mil alunos que participaram do exame do MEC no ano passado. O provão é condição obrigatória para o estudante obter o diploma.

As disparidades existentes entre negros e brancos nas universidades brasileiras freqüentemente divulgadas pelos institutos de pesquisas brasileiros têm sido uma arma, no sentido de pressionar o governo sobre a necessidade urgente de implementação de políticas públicas específicas (ação afirmativa) que promovam o acesso mais democrático à educação superior da população negra levando em conta os mecanismos de discriminação presentes na sociedade brasileira.

3.1 – Ação afirmativa nas universidades brasileiras

Nos últimos dois anos, a discussão em torno da política de ação afirmativa tem ocupado lugar de destaque nos debates sobre as relações raciais no Brasil, em especial aquelas que dizem respeito as desigualdades sociais entre brancos e negros, na educação e no mercado de trabalho.

As lideranças do movimento negro, assim como de alguns estudiosos das relações raciais no Brasil têm defendido sistematicamente a validade e pertinência da política de ação afirmativa como um ponto fundamental para a definição das perspectivas de desenvolvimento de políticas públicas de combate as discriminações raciais e promoção da igualdade de oportunidades entre negros e brancos no Brasil, e as lideranças dos dois movimentos sociais estudados nesta pesquisa também fazem obviamente coro a esse tipo de iniciativa que inclusive chegam a argumentar que os cursos pré-vestibulares comunitários ou populares que preparam os alunos para o acesso ao ensino superior também são promotores de ação afirmativa. Os depoimentos abaixo reforçam a urgência na aplicação de tais políticas:

“A ação afirmativa é uma das formas internacionalmente consagradas de promover a igualdade de oportunidades para segmentos populacionais discriminados, como negros e mulheres...” (Ivanir dos Santos e Carlos Alberto Medeiros. Jornal O Globo 19/04/2002).

“A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou recentemente um projeto de lei, de autoria do Senador José Sarney, estabelecendo políticas de promoção da igualdade racial em várias áreas. Trata-se de uma extraordinária vitória do movimento negro e, no limite, da democracia brasileira...” (Hélio Silva Júnior. Jornal do Brasil 16/05/2002)

“As políticas de ações afirmativas não vêm para beneficiar o povo negro, mas sim para reparar um mal antigo, buscam compensar prejuízos que aconteceram ao longo de quase toda a história do país. O Brasil acabou de comemorar os 500 anos, dos quais 350 tiveram base na escravidão” (Hélio Santos. Palestra lançamento do projeto Espaços Afirrados LPP - UERJ. 14/07/2003).

No que diz respeito a educação superior, a ação afirmativa tem sido debatida no Brasil como mecanismo que permite qualificar os segmentos historicamente discriminados (negros e pobres) e a conseqüente diminuição das disparidades no ensino superior entre negros e brancos, a estratégia dos movimentos sociais que

lutam por uma maior democratização do acesso as universidades tem sido uma das modalidades de ação afirmativa que é o sistema de cotas ou reserva de vagas.

O sistema de cotas implica na reserva de um determinado percentual de vagas nas universidades públicas¹¹ para estudantes negros. Este mecanismo de promoção de igualdade de oportunidades tem alvo de muitas críticas de alguns analistas e estudiosos, assim como alguns setores da mídia e da opinião pública. Em resposta à estes críticos Santos e Medeiros argumentam que:

“Os inimigos da ação afirmativa costumam apresentar graves sintomas de desonestidade intelectual. Aquilo que não lhes interessa, simplesmente ignoram. O caso mais conspícuo é o das pesquisas quantitativas sobre a desigualdade racial. Incapazes de produzir dados diversos daqueles colhidos por órgãos como IBGE, o DIEESE, o IPEA, que mostram a enorme distância entre negros e brancos no Brasil no que se refere a indicadores como educação, salários, mortalidade infantil e expectativa de vida, ou de elaborar explicações alternativas que excluam a discriminação racial como principal fator responsável por tal distância, esses intelectuais limitam-se a tergiversar” (Jornal O Globo 19/04/2002).

Esta pesquisa constatou que está explícito nos discursos das lideranças dos dois movimentos estudados que a adoção de cotas é um instrumento que busca resultados de curto e médio prazo e, por colocar em questão o princípio do mérito é um instrumento polêmico e difícil de ser aceito na sociedade, até mesmo em setores consideramos progressistas.

Entretanto, o que parece estar por trás dos discursos que defendem o mérito como forma de seleção social é, em primeiro lugar, uma recusa a aceitar o fato que no Brasil o racismo, o preconceito e a discriminação racial são produtores de desigualdades e, portanto, de pobreza e exclusão.

Este estudo constatou, igualmente que os argumentos contrários a implementação de ação afirmativa, apresentados com bastante frequência nos

debates e fóruns, ou negam o racismo e a discriminação racial como fator determinante das desigualdades existentes entre negros e brancos no acesso aos bens sociais, ou mesmo reconhecendo a importância do racismo como estruturador das relações sociais no Brasil não aceitam e nem consideram as políticas de ação afirmativa como instrumentos adequados para a promoção da igualdade de oportunidades e combate do racismo.

Todos esses argumentos têm se revezado no debate atual revelando que o melhor das ações afirmativas é a sua capacidade de tirar as máscaras do racismo, do preconceito, da discriminação racial, e explicitar a verdadeira natureza dessas ideologias: a legitimação de privilégios raciais e sociais. Esses debates e fóruns têm obrigado os verdadeiros excluídos a manifestarem o tratamento desigual que vem sendo reservado a essa população.

Dentro desse contexto o sistema de cotas ou reserva de vagas para os negros e carentes surge como uma estratégia dentro dos movimentos sociais que reivindicam tais questões, como sintetizou muito bem Vogt (2002) “...a reserva de cotas na universidade aparece como uma política pública compensatória de caráter afirmativo para eliminar o estigma social da origem da população negra e acelerar seu acesso a todos os quadros da hierarquia social de forma eqüitativa e proporcional”. (Jornal do Brasil 07/03 /2002).

3.2 - A reserva de vagas ou cotas para negros no ensino superior público: Argumentos e Negações

Uma das estratégias adotadas pelos dois movimentos sociais pesquisados no que diz respeito ao debate sobre a necessidade reserva de vagas ou cotas para negros nas universidades públicas brasileiras que vem acontecendo nos últimos dois anos principalmente através de seminários acadêmicos, reportagens, artigos assinados e editoriais em jornais e revistas de circulação nacional e na mídia eletrônica tem sido uma defesa à implementação de cotas para negros como mecanismo para a promoção da igualdade de oportunidades assim como combater as desigualdades raciais no ensino superior brasileiro.

Os argumentos sintetizados neste item são resultados de pesquisas feitas em artigos publicados nos veículos de imprensa e na mídia eletrônica. Conforma as duas tabelas a baixo existem vários argumentos contra e a favor à reserva de vagas ou cotas para negros nas universidades públicas.

Tabela – 1 Argumentos contra a reserva de vagas para negros no ensino superior

1-Inconstitucional	Fere o princípio da isonomia
2-Qualidade do ensino	Vai baixar a qualidade do ensino superior
3-Mérito	Ignora o mérito como princípio norteador das sociedades modernas
4-Miscigenação	Dificuldade em definir quem é negro no Brasil
5-Política Universalista	O fundamental seria a melhoria do ensino fundamental e médio público para todos
6-Discriminação	Vai causar a discriminar ao contrário, uma vez que o problema no Brasil é social e não racial
7- Racismo	Vai acirrar ainda mais o racismo contra os negros na sociedade brasileira e estigmatizá-los nas universidades

Tabela – 2 Argumentos a favor a reserva de vagas para negros no ensino superior

1-Igualdade	Promoção da igualdade de oportunidades e de acesso ao ensino superior
2-Dívida histórica	Os negros não têm acesso ao ensino superior porque em geral são pobres e esta condição sócio-econômica foi historicamente construída pela sua herança étnica e de escravidão
3-Estatísticas desfavoráveis	Dados quantitativos divulgados pelas instituições de pesquisas como o IBGE e o IPEA não deixam dúvidas sobre a gravidade gritante da exclusão do negro na sociedade brasileira e a necessidade de políticas de inclusão e de promoção da igualdade de oportunidades.
4-Discriminação racial	No Brasil o racismo é um elemento constitutivo das relações sociais entre negros e brancos.
5-Políticas particularistas ou focalizadas	Somente políticas focalizadas para os negros resolveriam o problema das desigualdades no ensino superior

No decorrer da pesquisa constatou-se que durante os debates e fóruns os argumentos favoráveis à implantação de reserva de vagas (cotas) para os negros nas universidades têm procurado justamente combater os argumentos contrários à esse tipo de políticas. Conforme a primeira tabela.

No que diz respeito ao primeiro argumento contrário, que alega que a reserva de vagas para os negros é inconstitucional porque ferem o princípio da isonomia, os defensores alegam que no Brasil já existem cotas para determinados grupos específicos, e dão exemplo da reserva de vagas para deficientes físicos nos concursos públicos e a reserva de vagas para mulheres em mandatos eleitorais, por isso alegam que as cotas para negros nas universidades partem do mesmo princípio de promover a igualdade para os desiguais, assim sendo são constitucional¹².

O segundo argumento diz que a reserva de vagas vai baixar a qualidade do ensino superior, os defensores argumentam que o discurso de excelência da Universidade só serve para balizar o ingresso e não o produto do processo educacional e que o aluno para se beneficiar da reserva de vagas terá que estar qualificado e fazer o vestibular e terão que ter nota suficiente para ingressar na universidade e justificam que segundo uma pesquisa realizada na USP, pelo Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação (NAEG), constatou-se que não há uma relação mecânica entre a nota do candidato no vestibular e seu rendimento no curso. Assim, o aluno que teve uma das melhores notas no vestibular não necessariamente será o aluno com o maior grau de aproveitamento do curso no decorrer dos anos. A recíproca também é verdadeira. Por último alegam que o vestibular é um método duvidoso de aferição do conhecimento¹³.

O terceiro argumento contrário alega que a reserva de vagas ignora o mérito, os defensores argumentam que o equívoco desse argumento é considerar que o atual vestibular tenha a capacidade de medir o "mérito do candidato". O que o vestibular mede é principalmente a qualidade do ensino oferecido aos candidatos e as suas condições de estudo e de vida. O vestibular mede

principalmente o mérito do sistema escolar, das condições sociais e a desigualdade de oportunidades¹⁴.

O quarto argumento contrário diz que no Brasil devido a miscigenação é difícil definir que é negro, os defensores alegam o critério da auto-definição levando em conta a cor da pele, ou seja negro é quem se assume, quem se identifica enquanto tal; é todo aquele que abraça a luta anti-racista¹⁵.

O quinto argumento de que ao invés de reserva de vagas para negros deveriam ser adotadas políticas universalistas como a melhoria do ensino fundamenta e médio para todos, os defensores da reserva de vagas argumentam que as políticas universalistas não resolvem o problema da população negra, o histórico dessas políticas mostra que as políticas universalistas os negros continuam na mesma situação, por isso as políticas universalistas não dão conta do combate as gritantes desigualdades entre negros e brancos, visto que só tratando diferentemente desiguais (negros e brancos) pode-se alcançar uma maior igualdade no Brasil¹⁶.

O sexto e o sétimo argumento de que reserva de vagas vai causar discriminação ao contrário ou que vai acirrar ainda mais o racismo contra os negros na sociedade brasileira e estigmatizá-los nas universidades, para os defensores ainda é muito cedo para se afirmar, uma vez que a experiência das cotas ainda é recente, tendo sido implementado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, alegam igualmente que o racismo à brasileira já é perverso; porém, se a reserva de vagas para negros contribuir para que o conflito nas relações raciais fique declarado, vai ser o primeiro passo da sua superação definitiva¹⁷.

Finalmente cabe registrar que os argumentos a favor a reserva de vagas para negros nas universidades, usados nesta pesquisa, reforçam a emergência de políticas públicas focalizadas voltadas para a promoção do acesso à universidade dos negros promovendo desta maneira uma maior democratização do acesso ao ensino superior no Brasil¹⁸.

Considerações finais

Esta pesquisa constatou que a trajetória dos dois movimentos estudados ao longo dos últimos anos tem sido caracterizada como espaços de militâncias contra a discriminação racial expressam na maneira como são colocadas as questões relacionadas com a defesa da cidadania e nas reivindicações por uma educação superior ao alcance de todos no geral, e em particular, para os grupos sub-representados no ensino superior em especial os negros.

Ficou evidente que o problema do acesso dos afrodescendentes ou carentes à educação superior é um problema a ser enfrentado pela sociedade brasileira e é esta carência tem originado reivindicações e pressões por uma melhor gestão dos recursos públicos no que diz respeito ao ensino público fortalecendo nesse sentido uma melhor qualidade.

Em relação as estratégias dos dois movimentos estudados, por um lado, o PVNC tem lutado e apostado mais no acesso dos seus alunos ao ensino público de qualidade oferecido pelas universidades públicas, e por outro lado, a EDUCAFRO tem investido cada vez mais na política de convênios com universidades particulares garantindo o acesso dos seus alunos por meio de bolsas de estudos.

Embora adotando estratégias em alguns momentos diferentes, por exemplo, a EDUCAFRO que incentivando e promovendo convênios com instituições particulares ou o PVNC privilegiando o ingresso nas universidades públicas, independentemente disso as lideranças dos dois movimentos estudados têm se mostrados favoráveis a política de cotas ou reserva de vagas como mecanismo para democratizar o acesso ao ensino superior, ao mesmo tempo em que defendem uma educação pública fundamental e básica de qualidade.

Compartilho da idéia de que o problema da democratização do acesso ao ensino superior só será resolvido quando cada universidade pública ou particular

brasileira assumir a sua parcela de responsabilidade pelo problema da exclusão nas universidades. O que significa isto em termos práticos? Significa, antes de tudo, promover um debate interno que envolva todos os segmentos da comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários) assim como a sociedade civil incluindo o movimento negro para que sejam pensadas e apontadas soluções concretas e aplicáveis para esta realidade.

As políticas de ação afirmativa, na sua modalidade de reserva de vagas ou cotas, têm se apresentado como uma alternativa emergencial frente ao problema da exclusão do negro no ensino superior, mas não basta somente facilitar ou democratizar o acesso, essas políticas têm que ser acompanhadas de mecanismos que permitam a permanência desses alunos no ensino superior.

Os debates em torno das políticas de ação afirmativa têm levantado várias questões entre elas, tem atacado o conservadorismo reacionário e racista da burguesia e da classe media branca desmascarando mitos e mentiras estimulados pela imprensa, da mesma forma que tem questionado o vestibular como uma prática excludente.

Acredito que o problema da democratização do acesso à universidade no Brasil não se resolverá com o aumento das vagas nas universidades públicas, nem com a construção de novas universidades, a luta pelo acesso ao ensino superior é uma luta ideológica, uma vez que está em jogo a manutenção dos privilégios onde os negros sempre foram tratados como inferiores.

E para finalizar, creio que é importante o fortalecimento do movimento de pré-vestibulares populares no sentido da construção de um movimento homogêneo com uma dimensão nacional, ultrapassando as divergências internas assumindo um discurso único em relação as estratégias e ações reivindicativas, de maneira a viabilizar constituição de uma rede nacional de cursos pré-vestibulares comunitários ou populares.

Referencias bibliográficas

ADÃO, Jorge. *Práxis Educativa do Movimento Negro do Rio Grande do Sul*. In: Revista Negro e Educação: Identidade Negra, pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. 2003.

ANDREWS, George. *Ação Afirmativa: um modelo para o Brasil*. In: SOUZA, J. (Org.) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

BACCHETTO, João Galvão. *Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao Ensino Superior*. São Paulo, Feusp, 2003. Dissertação de Mestrado.

CUNHA JR., Henrique. As estratégias de combate ao racismo: movimentos negros na escola, na universidade e no pensamento brasileiro. In MUNANGA, Kabengele (Org.). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. Pág. 147-156. São Paulo: EDUSP, 1996.

ESTEVES, José Carlos. *Pre-Vestibular para Negros e Carentes - Projeto de Educação: Alternativo ou Excludente?*. Monografia defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), 1997.

FERREIRA, R. F. *Afrodescendente. Identidade em construção*. Rio de Janeiro/São Paulo: Pallas /Ed. PUC –SP, 2000.

GALLIANO, A G. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo. Harbra: 1996.

GOMES, Joaquim Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional na igualdade: O Direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *A desigualdade que anula a desigualdade. Notas sobre a ação afirmativa no Brasil*. In: SOUZA, J. (Org.) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997.

_____ & HUNTLEY, Lynn (Org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JACCOUD, Luciana de Barros e BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: Um balanço da intervenção governamental* – Brasília Ipea, 2002.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Tese de Livre – Docência em Antropologia, apresentada a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. Mimeo.

NASCIMENTO, Alexandre do. *Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999.

PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES. *Carta de Princípios*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.

SANTOS, Hélio. *Ações Afirmativas para a valorização da população negra*. In Sardemberg e Santos. *Parcerias Estratégicas*, vol. 1, nº 4, dezembro de 1997.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Agendas e Agências: A construção do movimento PVNC*. In: *Revista Negro e Educação: Identidade Negra*, pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. 2003.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SINTUFRJ. *Universidade para trabalhadores: Pré-Vestibular SINTUFRJ*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

SINTUFRJ. *Universidade para trabalhadores: Pré-Vestibular SINTUFRJ*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

SOARES, José Francisco. *Implementação de cotas na UFMG para alunos egressos de Escolas Públicas*. Belo Horizonte. Departamento de Estatística – UFMG. 2002.

Artigos de jornais, revistas on-line, sites

A Rede de Pré-Vestibulares Populares . 2002.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. As cotas e a história nacional. *Revista Veja* – 27/02/02;

Analfabeto é aprovado em faculdade de direito ”.(*O Globo*, de 10/12/2001, p.11.).

ARAÚJO, Gilda Cardoso. Cotas nas universidades. *A Gazeta (ES)*- 06.11.02;

BASTHI, Angélica. Educação para negros e carentes. *Revista Online Afirmar*. 09/05/03.

CARNEIRO, Sueli. O melhor das cotas *Correio Web* - 28.02.03.

CONCEIÇÃO, Fernando. Cotas e o "jus sperniandi. Jornal do Brasil – 02/12/02;

CORREIA, M. Pio/SANTOS, Ivanir dos e MEDEIROS, Carlos Alberto. Tema em debate: cotas para negros O Globo – 19/04/02;

DIAS, Fabiano O. e CAMPOS, Fernando. Projeto que cria sistema de cotas para negros implantado na UERJ causa polêmica. Neurônio Portal Universitário – 06/03/03,

DOMINGUES, Petrónio José. Chega de esperar: Cotas para negro já! Revista Espaço Acadêmico – agosto 2003;

EDUCAFRO. “*Apresentação: O Que São Pré-vestibulares Comunitários?*” BRASIL 2003. Referência on-line: <http://intermega.globo.com/EDUCAFRO/>

GENTILI, Pablo e SADER, Emir. Abrir as universidades, democratizar a educação. Boletim de políticas Públicas LPP - UERJ jun/set 2002.

GENTILLI, Victor. Política de cotas e democracia racial. Historianet – 21/03/03;

GOIS, Antônio. O fim do vestibular. Aprendiz 28/10/2001

_____, Antônio. O benefício das cotas II Aprendiz – 2002

JÚNIOR, Hédio Silva. Os usos da cor Jornal do Brasil – 16/05/02;

MENDONÇA, Ricardo. Onde estão os negros? Revista Veja - 04/12/2002;

MUNANGA, Kabenguele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil – Um ponto vista em defesa das cotas. Revista Espaço Acadêmico – março de 2003.

NASCIMENTO, Nilton. Negros mantêm exigência de cotas raciais Jornal A Tarde – 22/09/02;

OLIVEIRA, Flávia e THOMÉ, Débora. O artigo 5. O Globo -23/02/2003

PAIXÃO, Marcelo. Cotas: eu digo sim! Correio Braziliense – 27/02/02;

PETRUCCELLI, José Luís. Cotas de cidadania O Globo – 07/11/02;

PAIM, Paulo e BARROSO, Luís Roberto. Tema em debate: cotas na universidade. Jornal O Globo 28/02/2003

Ristoff, Dilvo I – A tríplice crise da universidade brasileira in: Trindade, Hélio (org.). Universidade em Ruínas na República dos professores. Petrópolis. Editora Vozes. 1999.

ROLAND, Edna. Cotas para promover a igualdade. Folha de São Paulo - 23.05.02;

SADER, Emir. Cotas de igualdade e de desigualdade. Jornal do Brasil – 23/02/03;

SAMPAIO, Paulo. As cotas mudarão o ensino superior privado? Folha Dirigida – 08/04/03

SANTOS, Frei David. Entrevista ao jornal O Pasquim nº 55. 2002

_____ Tema em discussão: cotas para negros. O Globo. 15/02/03
_____ fórum "Educação e Cidadania Afro-descendente". PUC – Rio - 12/05/03

_____ O que é a Educafro? 2001. EDUCAFRO, 2001.

SANTOS, Genivalda dos. Governo Lula, para além do discurso de um Brasil sem racismo Revista Espaço Acadêmico abril de 2003.

SANTOS, Hélio dos. Mesa redonda com o tema “Educação, Igualdade e Solidariedade: desafios à política universitária” na inauguração do Projeto Espaços Afirmados do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ no dia 14/07/2003.

SANTOS, Ivanir dos e MEDEIROS, Carlos Alberto. Jornal O Globo 19/04/2002

SANTOS, Ivanir dos e MEDEIROS, Carlos Alberto. Privilégios ameaçados O Globo - 21/12/01;

SILVA, Antonio Ozaí da. *O engodo do vestibular e os dilemas da classe média empobrecida. Revista Espaço Acadêmico. 2003.*

SILVA, Fábio Porto. Cota para negros em universidades será adotada neste ano no Rio. Folha de São Paulo. 23/05/02

SILVA, Jorge da. Cotas e mentira histórica. Jornal do Brasil – 23/12/03;

SODRÉ, Muniz. Tema em discussão : cursos comunitários O Globo – 15/04/02;

VOGT, Carlos . O papel estratégico das cotas. Jornal do Brasil 07/03 /2002

YVONNE, Maggie. “*Cor e Educação: políticas alternativas de combate à exclusão.*” BRASIL: Coordenação Interdisciplinar de Estudos Culturais, 1998. Referência on-line: http://acd.ufrj.br/pacc/ciec/pesquisas/p17_coreeducacao.html

Documentos oficiais

Brasil. Lei de diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. (mimeo)

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1998. Fundação IBGE, Brasília, 1998.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 1999. Fundação IBGE, Brasília, 1999.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil 2000. Fundação IBGE, Brasília, 2000.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – 1998. Fundação IBGE, 1998.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – 1999. Fundação IBGE, 1999.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2002.

MEC/INEP. Censo Escolar 2001. Brasília, 2001.

MEC/INEP. Sinopse Estatística do ensino Superior 2000. Brasília, 2000.

MEC/INEP. Censo Escolar 2001. Brasília, 2001.

MEC/INEP. Sinopse Estatística do ensino Superior 2001. Brasília, 2001.

MEC/INEP. Documento Básico do ENEM – 2000. Brasília 2000.

Notas.

* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, graduado em Ciência Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – LPP/UERJ e do Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira – PPCOR.

1. ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Ministério da Justiça (1996), p. 10.

2. A ideologia da democracia racial segundo a qual no Brasil, as oportunidades são iguais para todos, independentemente da cor devido a intensa miscigenação resultado do temperamento flexível do colonizador português, dificulta ou mesmo impede que se classifiquem as pessoas por raça, razão pela qual todos são pertencentes a uma “raça morena brasileira”

3. Neste texto entendo o Movimento Negro segundo a definição de Ferreira, R. F. *Afrodescendente. Identidade em construção* (2000), como um conjunto de grupos, institucionalizados ou não, compostos por indivíduos que se reconhecem como negros, que se organizam com objetivos culturais, políticos, religiosos ou acadêmicos, com vista a combater o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

4. Embora o tempo médio para aprovação na universidade pública seja de dois anos, os cursos de Pré-Vestibular Populares têm alcançado relativo êxito. Segundo Nascimento (2003), a aprovação de alunos oriundos desses cursos atinge a média anual de 25%. Boa parte desses ex-alunos estão hoje nas universidades públicas. A Uerj concentra 60% desse contingente, seguida pela UFRJ (20%) e UFF (15%), além da Universidade Federal Rural e da UniRio, que juntas somam 5%. Dentre os alunos bolsistas, são cerca de 500 estudantes em universidades particulares. Só em 2003 o PVNC aprovou 24 novos alunos em convênio com a PUC do Rio. O quadro não alterou ainda o acesso desigual às universidades. Cerca de 70% são oriundos das melhores escolas particulares do Rio, dentre elas a São Bento, Tereziano, Santo Agostinho e Santo Inácio. (entrevista para Revista Online Afirma 09/05/03)

5. Segundo o IBGE menos de 3% dos alunos que se formam nas universidades brasileiras são negros.

6. A Rede de Pré-Vestibulares Populares foi constituída durante o II encontro Nacional de Pré-Vestibulares Populares realizado em 2002. Questões sobre Educação Brasileira, Desigualdades Sociais e Educacionais, Políticas de Ação Afirmativa, Propostas político-pedagógicas para os Pré-Vestibulares, Propostas de Políticas Públicas estiveram na pauta do Encontro.

7. Para maiores aprofundamentos sobre a questão do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) ver: Nascimento, Alexandre do. (1999). *Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E Santos, Renato Emerson dos. *Agendas x Agências: A construção do Movimento PVNC*. Artigo publicado na Revista Negro e Educação: Identidade Negra, pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. 2003

8. EDUCAFRO. “*Apresentação: O Que São Pré-vestibulares Comunitários?*” BRASIL 2003. Referência on-line: <http://intermega.globo.com/EDUCAFRO/>

9. O Vestibular, processo seletivo de alunos para ingresso nos cursos de graduação na Brasil. Terão acesso aos cursos de graduação no Brasil os candidatos que tenham concluído o Ensino

Médio ou equivalente e tenham sido selecionados no Vestibular, respeitado o número de vagas oferecidas.

10. Ver PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio de 1999 do IBGE, CENSO/IBGE, 2000 e IPEA 2002.

11. A UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a UENF – Universidade do Estado Norte Fluminense foram as primeiras universidades públicas do Brasil a adotar o sistema de reserva de vagas, no vestibular de 2003 a UERJ reservou 40% das suas vagas para estudantes negros e pardos, e 45% das vagas à estudantes provenientes da rede pública de ensino, um novo projeto de Lei aprovado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro reduziu para 20% das vagas serão destinadas a estudantes da rede pública de ensino, 20% a candidatos negros, e 5% a estudantes portadores de deficiências físicas e integrantes de minorias étnicas. Recentemente a UnB aprovou a reserva de 20% das vagas para negros e índios, e a UEBA – Universidade do Estado da Bahia que reservou, igualmente, 40%% das vagas para os estudantes negros.

12. Informação tirada dos seguintes documentos: Santos e Medeiros. O Globo - 21/12/01; Carneiro. Correio Web - 28.02.03; Araújo. A Gazeta (ES) - 06.11.02; Gentili. Historianet – 21/03/03; Nascimento. Jornal A Tarde –22/09/02; Oliveira e Thomé. O Globo -23/02/2003.

13. Informação tirada dos seguintes documentos: Petruccelli. O Globo – 07/11/02; Roland. Folha de São Paulo - 23.05.02; Sampaio. Folha Dirigida – 08/04/03; Góis. Aprendiz – 2002; Domingues. Revista Espaço Acadêmico – agosto 2003; Munanga. Revista Espaço Acadêmico – março de 2003.

14. Informação tirada dos seguintes documentos: Dias e Campos Portal Universitário - 06.03.03, Alencastro. Revista Veja – 27/02/02; Carneiro. Correio Web - 28.02.03.

15. Informação tirada dos seguintes documentos: Silva. Folha de São Paulo 23/05/02; Paixão. Correio Braziliense – 27/02/02; Correa/Santos e Medeiros. O Globo – 19/04/02; Sodré. O Globo – 15/04/02; Júnior. Jornal do Brasil – 16/05/02; Munanga. Revista Espaço Acadêmico – março de 2003.

16. Informação tirada dos seguintes documentos: Paim e Barroso. O Globo – 28/02/03; Santos. O Globo -15/02/03; Conceição. Jornal do Brasil – 02/12/02; Munanga. Revista Espaço Acadêmico – março de 2003.

17. Informação tirada dos seguintes documentos: Silva. Jornal do Brasil – 23/12/03; Roland. Folha de São Paulo - 23.05.02; Munanga. Revista Espaço Acadêmico – março de 2003.

18. Informação tirada dos seguintes documentos: Mendonça. Revista Veja - 04/12/2002; Sader. Jornal do Brasil – 23/02/03; Munanga. Revista Espaço Acadêmico – março de 2003.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
1
1
1
1
1
1
1
1
1
1